

PROARMAS NO CONGRESSO NACIONAL:

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Iris Rosa e Terine Husek Coelho

Iris Rosa e Terine Husek Coelho

**PROARMAS no Congresso Nacional:
uma análise da atuação parlamentar**

Rio de Janeiro
2025

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rosa, Íris

PROARMAS no Congresso Nacional [livro eletrônico]
: uma análise da atuação parlamentar / Íris Rosa,
Terine Coelho. -- Rio de Janeiro : Instituto Fogo
Cruzado, 2025.

PDF

ISBN 978-65-983797-1-1

1. Armamentos 2. Armas de fogo - Leis e
legislação - Brasil 3. Brasil. Congresso Nacional
4. Defesa nacional 5. Parlamento 6. Segurança
pública - Administração I. Coelho, Terine.
II. Título.

25-272624

CDD-363.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Armas de fogo : Controle : Segurança pública :
Problemas sociais 363.33

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

05

APRESENTAÇÃO

06 Como essa pesquisa foi feita

08 Produtividade e temas predominantes

12

PERFIL DOS PARLAMENTARES

14

CONCLUSÃO



APRESENTAÇÃO

A discussão sobre o acesso da população civil às armas de fogo no Brasil ganhou notoriedade nos últimos anos, transformando-se em um tema prioritário no debate público. O que poderia ser somente uma discussão sobre regulação de um setor específico tornou-se um catalisador da política brasileira, mobilizando eleitores, formando bases de apoio e definindo alinhamentos políticos. Nesse contexto, o grupo PROARMAS emergiu como um dos principais articuladores dessa pauta no cenário político nacional.

O PROARMAS é uma associação que defende a expansão do armamento civil, inspirada no modelo da National Rifle Association (NRA) dos Estados Unidos — a maior lobista do setor de armas do mundo. Fundada por Marcos Pollon, advogado e professor de direito, em 2020, a organização se define como “uma iniciativa de produzir conteúdo sobre as questões políticas, filosóficas, jurídicas e técnicas sobre armas de fogo e o acesso civil às armas de fogo”.

Nas eleições de 2022, o PROARMAS financiou diversas campanhas e ajudou a eleger 22 congressistas: 15 deputados federais e 7 senadores, somando 18,6 milhões de votos. Este feito demonstra a capacidade de mobilização social e política em torno da pauta armamentista e revela como esse tema tem se tornado central na formação de novas lideranças políticas brasileiras.

Este relatório se insere como um desdobramento da pesquisa [“O que o Congresso Nacional fala sobre armamento civil”](#), lançada pelo Instituto Fogo Cruzado em junho de 2024. Aquela investigação já havia identificado uma mudança significativa no padrão de discursos sobre armas no parlamento brasileiro, com a 55ª legislatura (2015–2018) marcando a primeira vez na história em que os discursos pró-armamento superaram os pró-controle. A presente análise busca aprofundar a compreensão sobre a atuação específica do grupo eleito com a ajuda do PROARMAS no Congresso Nacional — aqui chamado apenas de grupo PROARMAS.

O acompanhamento sistemático desses parlamentares é fundamental para o debate público e para a política brasileira. Compreender suas agendas, suas estratégias discursivas e suas articulações políticas permite entender não só a dinâmica do debate sobre armas, mas também os novos contornos da política nacional e, possivelmente, do futuro da democracia. Isso porque o tema das armas, mais do que uma questão de regula-

ção em si, funciona como um elemento aglutinador de visões de mundo e projetos políticos mais amplos, mobilizando eleitores e formando bases de apoio consistentes.

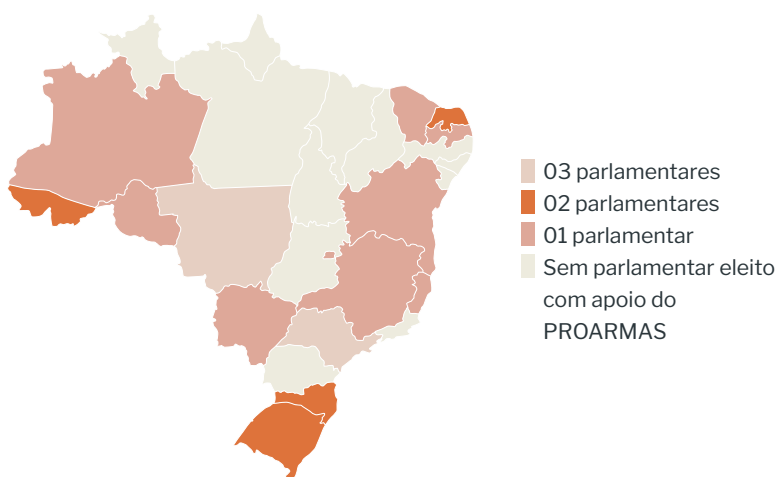
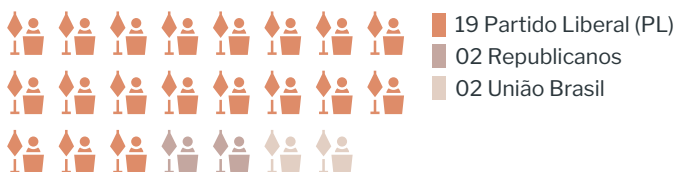
Ao analisar a atuação destes parlamentares, este relatório busca oferecer subsídios para um debate público mais informado, baseado em evidências. O tema do armamento civil está conectado com um dos principais desafios

enfrentados pela população brasileira: o alto número de mortes violentas¹. Mas sua relevância é ainda maior no contexto de crescimento de forças políticas que se levantam contra o Estado de Direito. Ou seja, os dados aqui apresentados contribuem para um debate público que considere a preservação da vida e também da ordem democrática.

COMO ESSA PESQUISA FOI FEITA

Para este relatório foram analisados 739 Projetos de Lei (PLs) protocolados nos anos de 2023 e 2024 no Congresso Nacional, de autoria dos 23² congressistas eleitos com apoio do PROARMAS³. Do total, 569 PLs são da Câmara dos Deputados e 170 do Senado Federal.

23 CONGRESSISTAS



¹ Lar de cerca de 9% da população mundial, a América Latina e o Caribe são a região mais violenta do planeta, onde acontecem cerca de 39% dos homicídios (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018). O Brasil se destaca ainda por concentrar o maior número de mortes violentas da região: mais de 1 milhão e 250 mil pessoas foram assassinadas entre 1996 e 2020 – 70% delas à bala (SIM/Datasus, 2022). É, portanto, seguro afirmar que a violência, especialmente a armada, é um dos principais problemas da sociedade brasileira, o qual deveria ser uma das prioridades das autoridades públicas.

² A parlamentar Amália Barros faleceu no primeiro semestre de 2024. Nelson Barbudo, seu suplente, assumiu sua vaga na Câmara de Deputados. A pesquisa considera Amália Barros e Nelson Barbudo como dois autores distintos, de modo que foram analisados 23 parlamentares. Fonte: Congresso em Foco, 2024. Quem é Nelson Barbudo, suplente que assume a vaga de Amália Barros na Câmara. Disponível em <<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/7099/quem-e-nelson-barbudo-suplente-que-assume-vaga-de-amalia-barros-na-camara>> Acesso em 20 de março de 2025.

³ A informação de quais parlamentares eleitos receberam apoio do Proarmas foi obtida através do site da própria organização.

Para identificar padrões na atuação legislativa destes parlamentares, foi criado um banco de dados com todas as propostas legislativas de cada autor, coletadas nos sites da Câmara e do Senado. Posteriormente, os dados foram agregados e analisados para identificar as principais temáticas abordadas, os padrões de produção legislativa e as prioridades destes parlamentares.

Os PLs foram categorizados em 27 temas distintos, permitindo identificar quais são as áreas prioritárias para estes parlamentares e como a questão das armas se insere em um contexto mais amplo de atuação legislativa. Além disso, foi feita uma análise comparativa entre a

produtividade destes parlamentares e a média geral do Congresso Nacional.

Também foi considerada a progressão dos PLs no processo legislativo, verificando aqueles que foram transformados em Lei Ordinária ou que estão prontos para ir ao plenário. O objetivo é entender a eficácia da atuação dos congressistas e seus objetivos⁴. A pesquisa analisa também o perfil dos parlamentares, identificando características como gênero, unidade da federação e exercício de mandatos anteriores.

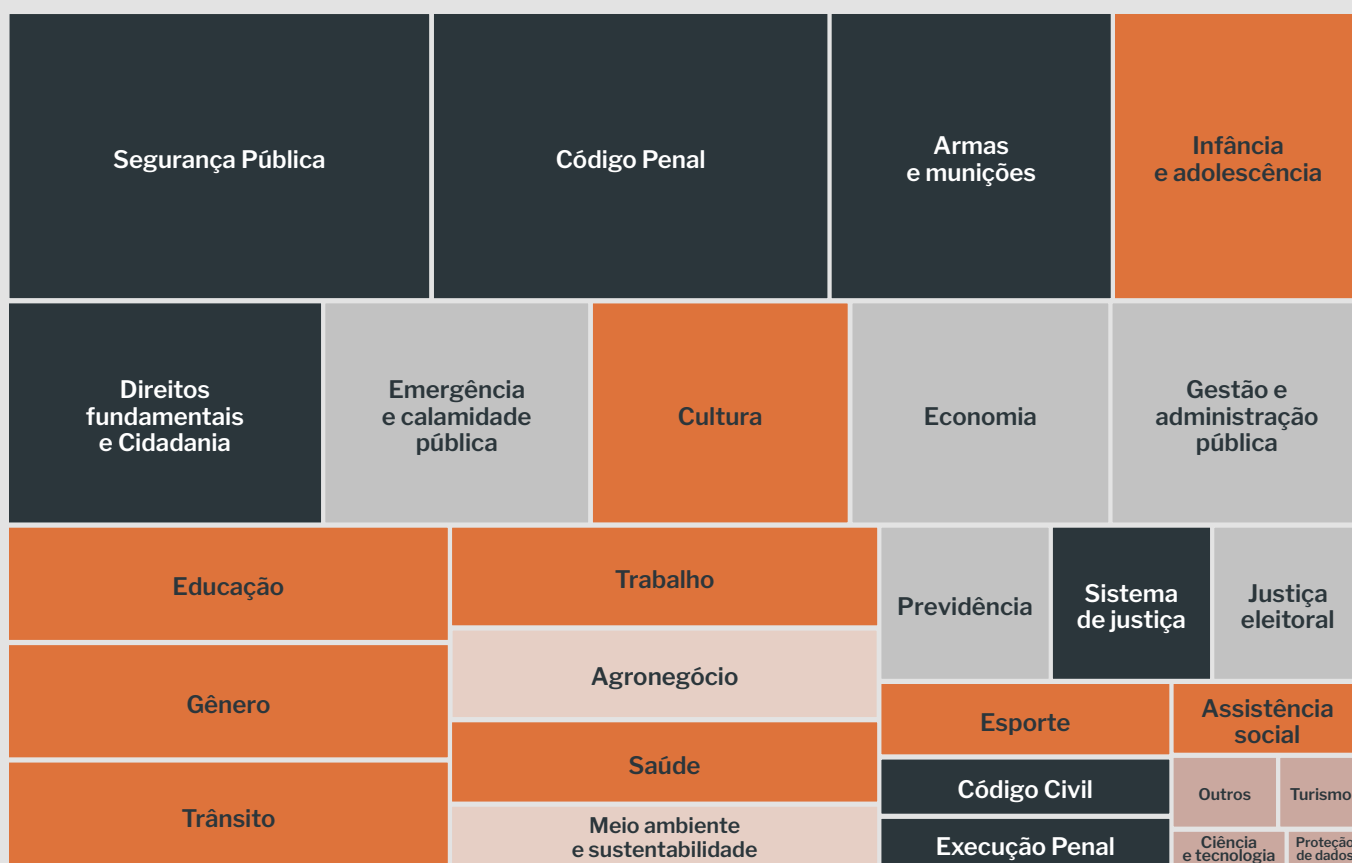
⁴ A distinção entre a proposição de PLs e a capacidade de impulsionar a sua tramitação é um elemento importante para avaliar se o parlamentar está comprometido (ou é capaz) em promover efetivas mudanças na sociedade ou se está mais focado em dialogar com a base que o elegeu, independente das efetivas consequências práticas.



PRODUTIVIDADE E TEMAS PREDOMINANTES

Nos dois primeiros anos da 57ª legislatura do Congresso Nacional Brasileiro, os parlamentares do PROARMAS demonstraram uma produtividade significativamente superior à média do Congresso Nacional, no que diz respeito à proposição de Projetos de Lei. Enquanto a média geral foi de 19 PLs por congressista nos dois anos analisados, o grupo PROARMAS protocolou uma média de 32 PLs por autor, o que representa um volume 68% acima da média geral do parlamento.

Dos 739 PLs analisados, 439 foram protocolados em 2023 e 300 em 2024. Em 2023, enquanto a média geral dos congressistas foi de 11 PLs protocolados, o PROARMAS apresentou uma média de 19 projetos. Em 2024, a média geral ficou em 9, enquanto o PROARMAS manteve uma média de 14 projetos, que se dividem pelos seguintes temas:



- Justiça, Direitos e Segurança
- Desenvolvimento Social e Bem Estar
- Economia e Administração
- Recursos Naturais e Infraestrutura
- Outros

Contrariando o que poderia ser o senso comum, a análise dos temas abordados pelos parlamentares do PROARMAS revela que “Armas e munições” não é o principal tema trabalhado por eles. Na verdade, este tema aparece em terceiro lugar, com 52 PLs. Os temas mais abordados foram:

- 1. Segurança Pública (78 PLs)
- 2. Código Penal (73 PLs)
- 3. Armas e munições (52 PLs)
- 4. Infância e adolescência (46 PLs)
- 5. Direitos fundamentais e cidadania (45 PLs)

Além dos 52 classificados diretamente como “Armas e munições”, outros 5 PLs relacionados a armamento foram classificados na categoria “Código Penal”. É importante ressaltar, no entanto, que no tema de “Armas e munições” há projetos que não versam exclusivamente sobre este tema, mas dialogam com diferentes categorias temáticas. Nestes projetos, nota-se uma tendência de PLs que buscam instrumentalizar problemas sociais complexos, como violência doméstica contra mulheres e a insegurança no ambiente escolar, para justificar a flexibilização do acesso ao armamento. Destacam-se os projetos que concedem prioridade e isenção fiscal para mulheres vítimas de violência na aquisição de armas, propostas que autorizam o porte de armas para professores e funcionários escolares, além da obrigatoriedade de segurança armada em instituições de ensino. Estas iniciativas legislativas contornam o debate sobre políticas públicas estruturais de prevenção à violência, apostando no armamento individual como solução para questões que demandam abordagens multidisciplinares e preventivas, potencialmente agravando os próprios problemas que alegam resolver.

Ao analisar mais detalhadamente os três temas predominantes, identifica-se a prevalên-

cia de certos subtemas que revelam as prioridades destes parlamentares. Em Segurança Pública, os subtemas mais recorrentes foram “Forças de segurança” (36 PLs) e “Violência nas escolas” (10 PLs). Já no tema Código Penal, o destaque claro é para o subtema “Endurecimento de pena”, que aparece em 53 dos 73 PLs desta categoria, evidenciando uma forte tendência na atuação destes parlamentares. E em relação à Infância e Adolescência, os principais subtemas foram: gênero e sexualidade; e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É interessante notar como, muitas vezes, os temas dialogam entre si. As escolas, que atendem sobretudo crianças e adolescentes, são uma das principais preocupações da temática de Segurança Pública; ao passo que o endurecimento de pena, muitas vezes está voltado para a redução da maioria penal. Essa sobreposição ajuda a perceber o quanto a temática da infância e adolescência é ao mesmo tempo objeto e instrumento de uma agenda moralizante e punitivista que, sob o pretexto de proteger crianças e adolescentes, propõe restrições a direitos fundamentais. Uma agenda moralizante se identifica pelo foco em regular comportamentos privados, uso de linguagem carregada de termos valorativos como “degradação moral”, “preservação da inocência”, “doutrinação”, “ideologia de gênero”, “ameaça à família tradicional”, e pela criação de pânico moral através da amplificação de casos isolados.

Destacam-se propostas que visam criminalizar discussões sobre identidade de gênero, vetar “ativi-

dades pedagógicas de gênero” nas escolas, proibir tratamentos médicos para jovens transgêneros e impedir a participação de menores em eventos LGBTQIA+. Tais projetos frequentemente empregam termos vagos e imprecisos como “erotização infantil” e “sexualização precoce” para justificar intervenções em políticas educacionais e culturais, estabelecendo controle sobre conteúdos artísticos e pedagógicos. Em vez de fortalecer redes de proteção ou ampliar direitos sociais, estas iniciativas legislativas concentram-se em medidas puniti-

vas, como o aumento do período de internação para adolescentes infratores, e em intervenções que restringem a autonomia de profissionais da saúde e educação, redirecionando o poder decisório para os pais ou responsáveis em questões sensíveis de desenvolvimento e identidade.

Três congressistas se destacaram pela quantidade de propostas apresentadas:



Cabo Gilberto Silva

(Câmara - PL/PB)

- Nascido em 01/04/1981 em Santa Rita, PB
- Advogado e policial militar
- Está em seu primeiro mandato como deputado federal
- Foi indiciado pela Polícia Federal em novembro de 2024 por discursos criticando o delegado da corporação Fábio Alvarez Shor, que atua com o ministro Alexandre de Moraes (STF) em inquéritos que investigam o ex-presidente Jair Bolsonaro

125 PLs (77 em 2023 e 48 em 2024)
12 PLs prontos para plenário
50 PLs apensados



Capitão Alberto Neto

(Câmara - PL/AM)

- Nascido em 05/05/1982 em Fortaleza, CE
- Policial militar
- Está em seu segundo mandato como deputado federal
- Vice-líder do PL na Câmara
- Perdeu a disputa à prefeitura de Manaus, em que obteve 45% dos votos

95 PLs (54 em 2023 e 41 em 2024)
2 PLs prontos para plenário
38 PLs apensados



Marcos Pollon

(Câmara - PL/MS)

- Nascido em 19/01/1981 em Campo Grande, MS
- Advogado
- Está em seu primeiro mandato como deputado federal
- Fundador do grupo PROARMAS
- Foi o deputado federal mais votado de seu estado nas eleições de 2022, com 103.111 votos

89 PLs (57 em 2023 e 32 em 2024)
14 PLs prontos para plenário
36 PLs apensados

Apesar da alta produtividade em termos de apresentação de projetos, a análise da progressão legislativa revela que poucos PLs avançaram significativamente no processo legislativo. Em janeiro de 2025, dos 739 PLs analisados:

- **22 PLs foram arquivados**
- **15 PLs foram retirados pelo autor**
- **70 PLs estão prontos para ir ao plenário**
- **21 PLs já tiveram progressão de casa**
- **4 projetos de Lei foram transformados em Lei Ordinária:**

◇ Lei que trata sobre o título de Capital Nacional da Farinha da Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre ([Lei 15051/2024](#))

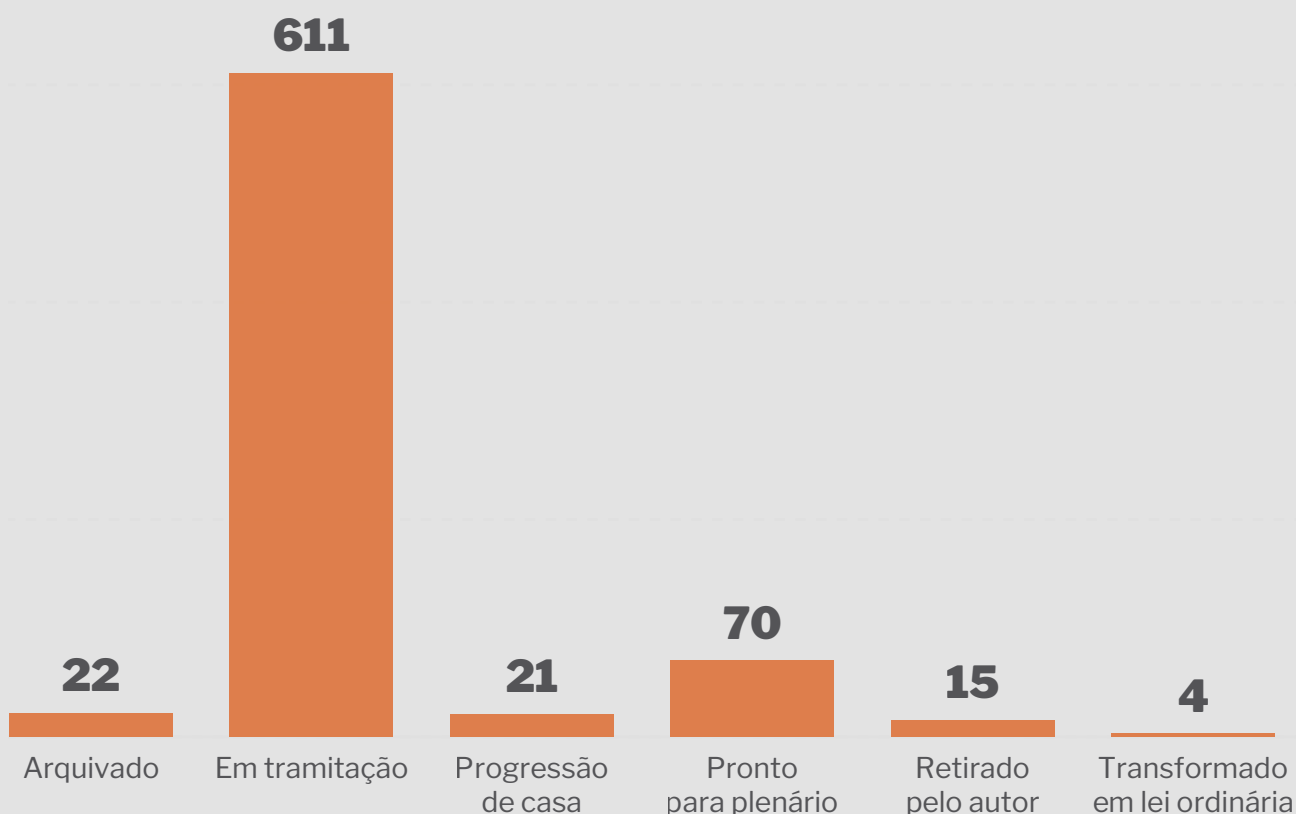
◇ Lei que trata sobre as chuvas no Rio Grande do Sul ([Lei nº 14.917, de 5 de julho de 2024](#))

◇ Reconhece o Festival Folclórico de Parintins e os Bois Garantido e Caprichoso como manifestação da cultura nacional ([Lei Ordinária 14.960, de 4 de setembro de 2024](#))

◇ Institui o ano de 2023 como “Ano Nacional Fernando Sabino” ([Lei nº 14.794, de 5 de janeiro de 2024](#))

Isso sugere que, apesar do alto volume de proposições, há uma baixa efetividade em termos de aprovação de propostas, o que pode indicar que muitos desses PLs têm função mais discursiva e de comunicação com suas bases do que propriamente legislativa.

— Andamento dos Projetos de Lei



PERFIL DOS PARLAMENTARES



O grupo de parlamentares do PROARMAS é composto majoritariamente por homens, com somente 3 mulheres (Amália Barros, Bia Kicis e Julia Zanatta) entre os 23 congressistas. Esta composição levanta questões sobre como as pautas relacionadas a gênero são tratadas pelo grupo, uma vez que o tema tem destaque entre os projetos apresentados. Em relação aos projetos sobre gênero e violência doméstica, alguns parlamentares se destacaram dentre os autores: André Fernandes foi o que mais propôs, foram 8 PLs, em seguida aparecem Marcos Pollon (7 PLs) e Julia Zanatta (6 PLs), por fim, surgem Delelado Paulo Bilynskyj, Cabo Gilberto Silva e Capitão Alberto Neto, cada um apresentou 5 PLs.

Outra característica marcante deste grupo é a forte presença de profissionais ligados à segurança pública e às forças armadas – 8, dentre os 23 eleitos. Entre os parlamentares da Câmara, encontram-se: Tenente Coronel Zucco, Coronel Ulysses, Cabo Gilberto Silva, Capitão Alberto Neto, Capitão Alden, Sargento Gonçalves e Delelado Paulo Bilynskyj. No Senado, destaca-se o General Hamilton Mourão. Esta característica ajuda a entender o foco em temas de segurança pública, sobretudo voltados às forças de segurança, e a abordagem mais punitivista observada nos projetos apresentados. A bancada do armamento civil engrossou o coro da bancada da bala, aquela que tradicionalmente defende a violência como política pública de segurança.

A análise da filiação partidária dos parlamentares eleitos com apoio do PROARMAS revela um padrão significativo: 19 dos 23 congressistas (83%) são filiados ao Partido Liberal (PL). Os demais parlamentares estão distribuídos entre Republicanos (2) e União Brasil (2).

Em termos de distribuição por estados, alguns se destacam pela maior representação:



• São Paulo:

3 parlamentares (Delelado Paulo Bilynskyj, Mário Frias e Marcos Pontes)



• Mato Grosso:

3 parlamentares (Amália Barros⁵, Nelson Barbudo, Pedro Lupion)



• Acre:

2 parlamentares (Alan Rick e Coronel Ulysses)



• Rio Grande do Sul:

2 parlamentares (Hamilton Mourão e Tenente Coronel Zucco)

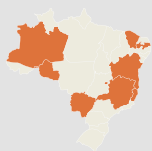
⁵ A parlamentar faleceu no primeiro semestre de 2024. Nelson Barbudo, seu suplente, assumiu sua vaga na Câmara de Deputados. A pesquisa considera Amália Barros e Nelson Barbudo como dois autores distintos. Fonte: Congresso em Foco, 2024. Quem é Nelson Barbudo, suplente que assume a vaga de Amália Barros na Câmara. Disponível em <<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/7099/quem-e-nelson-barbudo-suplente-que-assume-vaga-de-amalia-barros-na-camara>> Acesso em 20 de março de 2025.

**Santa Catarina:**

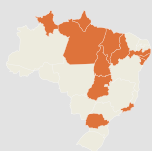
2 parlamentares (Julia Zanatta e Jorge Seif)



• **Rio Grande do Norte:** 2 parlamentares (Sargento Gonçalves e Rogério Marinho)



• **Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rondônia** têm 1 parlamentar do PROARMAS eleito em seus quadros.



• **Alagoas, Amapá, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Sergipe e Tocantins** não tiveram nenhum parlamentar com apoio do PROARMAS eleito.

Por fim, vale destacar que grande parte dos parlamentares está na sua primeira legislatura, 18 (78%) deles. Indicando que há um perfil de entrada de novos atores no jogo político. Outros 3 parlamentares estão na sua segunda passagem pelo Congresso Nacional, 1 deles está no seu terceiro mandato, e Magno Malta se apresenta como o veterano da turma, com 4 mandatos.

Esses dados apontam para uma renovação dos representantes do grupo pró-armamento no Congresso Nacional, algo que já havia sido destacada no relatório [“O que o Congresso Nacional fala sobre armamento civil”](#). Os parlamentares armamentistas mapeados na pesquisa, 37% estavam em seu primeiro mandato. No campo pró-controle do armamento, os parlamentares na mesma situação eram apenas 18% do total. Os dados sobre os parlamentares apoiados pelo Proarmas mais uma vez sugerem que o campo pró-armamento se expande, aprimora seus argumentos, renova seus quadros e se organiza internamente. Diferentemente daqueles que defendem o armamento civil, o grupo pró-controle debate cada vez menos e não se apropria de novos argumentos. Além disso, não se observa uma renovação dos parlamentares envolvidos com o assunto neste campo.



CONCLUSÃO

A análise da atuação parlamentar do grupo PROARMAS revela um padrão de atuação que vai muito além da questão específica do armamento civil. Estes parlamentares têm uma agenda ampla, com foco em temas de segurança pública, direito penal e questões relacionadas à infância e adolescência. A alta produtividade na proposição de leis pelo grupo, significativamente acima da média do Congresso Nacional, demonstra uma estratégia de visibilidade e de comunicação com suas bases eleitorais.

No entanto, a baixa progressão legislativa dos projetos apresentados sugere que muitas dessas proposições têm função mais discursiva do que efetivamente legislativa. Os dados mostram que, apesar do alto volume de PLs apresentados, poucos avançam significativamente no processo legislativo, com apenas quatro sendo transformados em Lei Ordinária — nenhum deles relacionado diretamente à questão das armas ou outro tema prioritário do grupo.

A predominância masculina no grupo (20 homens e apenas 3 mulheres) levanta questões sobre a representatividade na discussão de temas relacionados a gênero, considerando que os impactos das políticas de armamento têm dimensões de gênero importantes, como evidenciado pelo recente estudo do Instituto Sou da Paz que mostra que as armas de fogo

foram responsáveis pelo assassinato de quase 2 mil mulheres no Brasil em 2023, representando 50% das mortes de mulheres naquele ano⁶.

Por fim, é importante ressaltar que, embora o tema específico de “Armas e munições” não seja o principal em termos quantitativos na atuação destes parlamentares, ele permeia diversos outros projetos e funciona como um elemento aglutinador de um conjunto mais amplo de visões sobre segurança, cidadania e papel do Estado. Nesse sentido, o acompanhamento sistemático da atuação desse grupo é fundamental para compreender não apenas o futuro da regulação do armamento civil no Brasil, mas também as transformações mais amplas na política nacional.

⁶INSTITUTO SOU DA PAZ. Pela vida das mulheres: o papel da arma de fogo na violência de gênero. 4. ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2025. Disponível em <<https://soudapaz.org/noticias/em-1-a-cada-3-casos-de-agressao-de-mulheres-por-arma-de-fogo-vitima-ja-havia-denunciado-violencia-domestica/#:~:text=A%204%C2%AA%20ed%C3%A7%C3%A3o%20da%20pesquisa,controle%20de%20armas%20orientadas%20%C3%A0s>> Acesso em 19 de março de 2025.

Instituto Fogo Cruzado

Cecília Olliveira

Diretora executiva

Maria Isabel Couto

Diretora de dados e transparência

Marianna Araujo

Diretora de comunicação e inovação

Gestão

Davi Arloy

Gerente de gestão

Davi Santos

Coordenador de TI

Letícia Wolowski

Analista Financeira

Elisangela Lopes

Assistente Executiva

Layla Santos

Assistente Administrativo Financeiro

Comunicação e Inovação

Diogo Santos

Gerente de comunicação e inovação

Renata Sena

Redatora

Juliana Aguiar

Analista de redes

Gabrielli Thomaz

Assessora de imprensa

Lory Costa

Designer

Yann Waise

Videomaker

Dados e Transparência

Terine Coelho

Gerente de pesquisa

Iris Rosa

Pesquisadora

Rafael Coletto

Analista de dados

Leandro Silva

Analista de dados junior